



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

GUSTAVO BARREIRA DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR E SUAS
INSTÂNCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ALCI ALVES
MOREIRA**

Alto Paraíso de Goiás - Goiás

2018

GUSTAVO BARREIRA DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR E SUAS
INSTÂNCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ALCI ALVES
MOREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UNB.

Orientadora: Andréia Mello Lacé.

Alto Paraíso de Goiás – Goiás

2018

Ficha Catalográfica:

SANTOS, Gustavo Barreira dos. A importância do Conselho Escolar e suas Instâncias na Escola Municipal Alci Alves Moreira, Alto Paraíso de Goiás-Goiás, Dezembro de 2018, 74 fls. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília - Universidade Aberta do Brasil – UnB/UAB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia à distância.

FE/UNB - UAB

GUSTAVO BARREIRA DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR E SUAS
INSTÂNCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ALCI ALVES
MOREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito básico para a
conclusão do curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade de Educação - FE
da Universidade de Brasília – UNB.

Orientadora: Andréia Mello Lacé.

Membros da Banca Avaliadora

Orientadora: Professora Dra. Andréia Mello Lacé
Faculdade de Educação (UAB/UnB)

Professora Msc. Janaina Angelina Teixeira
Faculdade de Educação (UAB/UnB)

Professora Dra. Carmenisia Jacobina Aires Gomes

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho em primeiro lugar a Deus nosso criador, nossa fortaleza e socorro bem presente nas horas de sofrimento, por iluminar os meus caminhos, pela vida, pela fé e por nos ajudar a vencer todas as dificuldades.

A todos as pessoas que valorizam o Trabalho voluntário em prol da comunidade escolar, o fazendo com respeito, zelo e dedicação.

A todos aqueles que, sem serem mencionados, no silêncio, contribuíram na realização do presente trabalho. Enfim, as pessoas que se fizeram merecedoras durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo presente da Vida, pela Força e Paz, pela Fé e por estar comigo em todos os momentos dessa longa caminhada, por ser o meu Guia e meu Porto Seguro.

A minha mãe e meu pai, que puderam compartilhar esse momento tão maravilhoso da minha vida me dando ânimo para continuar. E a todos os meus familiares, pelo Amor incondicional, Apoio, Dedicção e Ensinaamentos que me deram, durante toda a minha vida.

Aos meus amigos (as) que aliviaram minhas horas difíceis, me alimentando de certezas, forças e alegrias. Pessoas que confiaram no meu potencial para esta conquista. Não conquistaria nada se não estivessem ao meu lado. Obrigado, por todos os momentos, me dando carinho, apoio, incentivo, determinação, fé, e principalmente pelo Amor de vocês.

Aos mestres, que com sua paciência, antes de me ensinarem, fizeram-me aprender. A tutora professora Dr^a Andréia Mello Lacé, A tutora professora Dr^aJanaina Angelina Teixeira, a coordenadora do pólo Marta pelo Empenho, Amor, Carinho Dedicção, e Compreensão. Seus Ensinaamentos são para todo o sempre. Obrigada por nos conduzir nesta longa caminhada.

Aos meus colegas de Faculdade pela luta, interação e as alegrias proporcionadas nesta caminhada.

A todos, o meu muito obrigado.

Gustavo Barreira dos Santos.

A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. Se reduzirmos a nossa prática a uma resposta urgente a uma questão premente, retiramos dela toda sua grandeza, pois deixamos de considerar, neste sujeito, a sua dignidade humana (MARTINELLI, 2006, p.12).

RESUMO

Este trabalho monográfico tem por objetivo geral compreender a importância do Conselho Escolar e suas Instâncias na Escola Municipal Alci Alves Moreira. E os objetivos específicos são: pesquisar sobre os mecanismos de Gestão Educacional Democrática, compreender como deve ser a atuação do Conselho Escolar para melhorar a educação e analisar o regimento, sua função e atuação do Conselho Escolar da Escola Municipal “Tia Cici”. A Coleta de dados foi feita por meio de análise documental e da realização de questionário e entrevistas com as Conselheiras atuantes no campo de pesquisa. Esse trabalho se justifica no fato de que nos dias atuais tem-se presenciado a necessidade da evolução da educação, pois ao mesmo tempo em que foram criadas muitas políticas públicas, do outro lado existe a deficiência na gestão escolar e conseqüentemente o prejuízo no ensino dos alunos. O Estudo revelou que a importância do conselho escolar nesta escola está na atuação e no fortalecimento da gestão escolar com objetivo de trabalhar em conjunto com as instâncias colegiadas.

Palavras-Chave: Conselho Escolar, Educação, Gestão Educacional.

ABSTRACT

This monographic work has the general objective to understand the importance of the School Council and its Instances in the Municipal School Alci Alves Moreira. And the specific objectives are: to research on the mechanisms of Democratic Educational Management, to understand how the School Board should act to improve education and analyze the regiment, its function and performance of the School Council of the Tia Cici Municipal School. The data collection was done through documentary analysis and the accomplishment of a questionnaire and interviews with the Counselors working in the field of research. This work is justified by the fact that today there has been a need for the evolution of education, since at the same time that many public policies were created, on the other hand there is a deficiency in school management and, consequently, the students. The Study revealed that the importance of the school council in this school lies in the performance and strengthening of school management in order to work together with the collegiate bodies.

Keywords: School Board, Education, Educational Management.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO TCC.....	14
DIMENSÃO 1:MEMORIAL.....	15
DIMENSÃO 2:PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	18
DIMENSÃO 3:MONOGRAFIA.....	19
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
1.1 Gestão Educacional Democrática.....	21
1.2 As Instâncias de democratização nas Escolas.....	23
1.2.1 Conselho Escolar.....	24
1.2.2 Conselho de Classe.....	27
1.2.3 APMF - Associação de Pais e Mestres e Funcionários(as).....	28
1.2.4 Grêmio Estudantil.....	30
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	32
2.1 Contexto da Pesquisa.....	32
2.2 Tipo de Pesquisa.....	35
2.3 Participantes do Estudo.....	35
2.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	36
2.5 Procedimentos de Coleta de Dados.....	36
2.6 Procedimentos de Análise de Dados.....	36
CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	38
3.1 Apresentação dos Resultados da Análise Documental.....	38
3.2 Apresentação dos Resultados das Entrevistas Semiestruturadas.....	41

3.2.1 Tabela 1-Qual seu nome?.....	41
3.2.2 Tabela 2-Há quanto tempo faz parte do Conselho Escolar?.....	41
3.2.3 Tabela 3-Quais são os objetivos do Conselho Escolar?.....	42
3.2.4 Tabela 4-Como foi sua indicação para o Conselho Escolar?.....	44
3.2.5 Tabela 5-Qual é sua compreensão de Gestão Democrática Escolar?...	45
3.2.6 Tabela 6-Como é a agenda de reuniões ordinárias do Conselho?.....	47
3.2.7 Tabela 7-Como foi à atuação do Conselho na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola?.....	48
3.2.8 Tabela 8-Como o Conselho Escolar atua na construção das Diretrizes Curriculares da Escola?.....	50
3.2.9 Tabela 9-Cite exemplos de Pareceres emitidos pelo Conselho escolar, sobre dúvidas no âmbito Pedagógico, Administrativo e Financeiro solicitada pelos gestores?	51
3.2.10 Tabela 10-Como o Conselho Escolar tem realizado a fiscalização da Gestão Pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar?.....	53
3.2.11 Tabela 11-Como o Conselho Escolar tem realizado o acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e quais têm sido os encaminhamentos, para a melhoria do aprendizado de todos os alunos?.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE 1 Roteiro da análise Documental.....	62
APÊNDICE 2 Entrevista Semiestruturada.....	63
ANEXO 1 Carta de Apresentação.....	64
ANEXO 2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1.....	65
ANEXO 3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2.....	66
ANEXO 4 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 3.....	67
ANEXO 5 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 4.....	68

ANEXO 6 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 5.....	69
ANEXO 7 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 6.....	70
ANEXO 8 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 7.....	71
ANEXO 9 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 8.....	72
ANEXO 10 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 9.....	73
ANEXO 11 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 10.....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Qual seu nome?.....	41
TABELA 2- Há quanto tempo faz parte do Conselho Escolar?.....	41
TABELA 3- Quais são os objetivos do Conselho Escolar?.....	42
TABELA 4- Como foi sua indicação para o Conselho Escolar?.....	44
TABELA 5- Qual é sua compreensão de Gestão Democrática Escolar?.....	45
TABELA 6- Como é a agenda de reuniões ordinárias do Conselho?.....	47
TABELA 7 - Como foi à atuação do Conselho na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola?.....	48
TABELA 8- Como o Conselho Escolar atua na construção das Diretrizes Curriculares da Escola?.....	50
TABELA 9- Cite exemplos de Pareceres emitidos pelo Conselho escolar, sobre dúvidas no âmbito Pedagógico, Administrativo e Financeiro solicitada pelos gestores?	51
TABELA 10- Como o Conselho Escolar tem realizado a fiscalização da Gestão Pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar?.....	53
TABELA 11- Como o Conselho Escolar tem realizado o acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e quais têm sido os encaminhamentos, para a melhoria do aprendizado de todos os alunos?.....	54

APRESENTAÇÃO DO TCC

Esse trabalho monográfico tem por objetivo geral compreender a importância do Conselho Escolar e suas Instâncias na Escola Municipal Alci Alves Moreira. E os objetivos específicos são: pesquisar sobre os mecanismos de Gestão Educacional Democrática, compreender como deve ser a atuação do Conselho Escolar para melhorar a educação e analisar o regimento, sua função e atuação do Conselho Escolar da Escola Municipal Tia Cici.

O Memorial Educativo que é a Dimensão 1 desse trabalho se caracteriza como uma auto avaliação, instrumento da vivência escolar, e das experiências e relações estabelecidas durante o período de realização do curso de graduação de Pedagogia da UAB/UNB, levando em conta o desenvolvimento das tarefas executadas, as dificuldades apresentadas, as estratégias de superação de obstáculos e por último a experiência com a EAD (Educação à distância). Nessa parte relatei minha rica infância, a adolescência, a vida adulta e acadêmica. Refiz todo o percurso do curso, incluindo a menção de todas as disciplinas que estudei ao longo deste percurso.

As Perspectivas Profissionais é a Dimensão 2 é a descrição das expectativas profissionais após a conclusão do curso de Pedagogia da UAB/UnB . Que é um espaço onde relatei meus planos para o futuro.

A Dimensão 3 é o Trabalho monográfico em si que é composto de 3 Capítulos e as Considerações Finais. O capítulo primeiro trata do Referencial Teórico, o capítulo segundo trata da metodologia, o capítulo terceiro trata da apresentação e análise dos dados. As considerações finais conclui e fecha o presente Estudo.

DIMENSÃO 1: MEMORIAL EDUCATIVO

Sou Gustavo Barreira dos Santos, nasci no município de Cavalcante-Goiás, aos dias cinco de setembro de mil novecentos e noventa e um. Os relatos do meu nascimento contados pela minha mãe e minha vó (in memoriam), é que foi tranquilo à minha chegada ao mundo. Lembro-me um pouco da minha infância onde gostava de brincar com meus avôs, bem como ajudar meu avô em suas atividades. Meus pais sempre dedicaram muita atenção para comigo, dando todas as condições necessárias para a minha formação, e condições adequadas de vida.

A minha alfabetização aconteceu aos seis (06), anos de idade. Lembro que, minha família em especial, minha mãe Germana Barreira dos Santos sempre me motivaram a descobrir o mundo imaginário da leitura, utilizando do prazer e gosto pela leitura, proporcionando assim a minha alfabetização. Vale ressaltar que a mesma auxiliou muito na minha compreensão inicial no que tange ao alfabeto, as vogais.

A minha família é muito unida, moramos praticamente juntos onde um sempre está ajudando o outro, numa relação de respeito, amor e companheirismo. Iniciei os meus estudos aos sete (07) anos, cursando a educação infantil em uma escola Presbiteriana localizada no Município de Cavalcante, a mesma era um espaço particular alugado para a Igreja Presbiteriana, onde funcionavam turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O Local disponha de espaço arejado e organizado, que transmitia um ambiente acolhedor. As atividades consistiam em leitura, brincadeiras lúdicas e alfabetização.

Cursei os anos iniciais do ensino fundamental de forma regular não sendo necessário fazer projeto de aceleração. As principais lembranças que tenho da escola nos anos iniciais do Ensino Fundamental consistem em uma escola que pode ser caracterizada como uma “nova descoberta”, um espaço anexo a uma Igreja Presbiteriana lembra-me depois do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, este arborizado, que despertava o gosto em ir para escola. Portanto são boas as recordações que tenho da Escola no tocante dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As principais dificuldades foram adaptar-me à este novo “lar”, uma vez que tinha um convívio muito afetivo com minha família, no entanto logo foi

superado com o apoio de todos os envolvidos (professores, família). Exemplifico uma grande dificuldade que vivenciei no antigo ensino primário. Estudava no colégio Estadual onde durante o ano letivo, ocorreram diversas trocas de professores, prejudicando assim a minha aprendizagem e, também os vínculos com os docentes, adaptar à metodologia de cada professor, a continuidade das atividades. Enfim eu vejo que durante todo meu processo de ensino no Ensino Fundamental essa foi à maior dificuldade que encontrei.

Recordo-me que os docentes ensinavam por meio das leituras do material didático disponibilizado (os livros), através de práticas de leituras, interpretações de texto e, também a oralidade das atividades desenvolvidas, ou seja, explicávamos nossos trabalhos para a classe de forma verbal. O espaço da sala de aula organizava-se em carteiras perfiladas onde, cada aluno já tinha sua respectiva cadeira. Era participativo no que tange as atividades, gostava de interagir com todos, sempre gostei de expor nossos trabalhos para os demais colegas. Posteriormente gostava de escrever peças teatrais e também encenar tais, em sala e também nas apresentações em datas comemorativas.

No tocante dos anos finais do Ensino Fundamental, os professores que marcaram esse período foram os, da 4ª Série, pois, estes conseguiram transmitir segurança e, também afetividade, disciplina e irreverência. As minhas dificuldades foram problemas de saúde, que enfrentei logo aos 11 anos de idade, superadas com o apoio irrestrito da minha família e agradeço a Deus por esta graça em minha vida.

Os professores ensinavam com embasamento no PPP da escola, mediava à aprendizagem através dos livros didáticos, práticas de leitura, ditado, interpretações de texto, atividades de grupo, exercícios para casa. Os conteúdos eram multidisciplinares. A verificação da aprendizagem dava se- á por meio de registro, sendo o mesmo através de diários de classe, boletins, fichas individuais e livro de resultados finais.

No tocante da minha inserção no ensino médio, iniciei aos dezesseis (16) anos de idade, cursando-o integralmente/ regular na Escola Estadual Elias Jorge Cheim. Não fiquei retido em nenhuma série do ensino médio, graças a Deus, minha família e com meu esforço pessoal, conseguir concluir com êxito o Ensino Médio. Defino os professores que tive deste período, como sendo indivíduos profissionais, na sua maioria preparada para a prática sócio educativa, educados, que contribuíram para a minha formação. As minhas relações com os docentes deste

período foram e continuam sendo muito agradáveis, é uma relação de amizade. A forma como Eles ensinavam eram semelhantes às do ensino fundamental, explicitada acima, bem como as atividades e avaliação, diferenciando, entretanto de atividades específicas para o Ensino Médio. Nesse período passei por um mais um problema de saúde, fiquei quase um mês ausente da escola, realizei vários procedimentos médicos, viagens e, graças a Deus e mais uma vez com o apoio da minha família, foram superados e conseguir concluir com sucesso e aprovação o ano letivo.

Particpei de alguns projetos de pesquisa, o qual me recordo, da prevenção e conscientização quanto ao uso de drogas, gravidez na Adolescência, Poluição das águas. Considero que a minha participação foi importante para a compreensão do ser cidadão e contribuir para melhorar a nossa qualidade de vida, senti como um agente de aprendizagem, estando motivado para próximos trabalhos. A interação do aluno com a escola no tocante as decisões tomadas não aconteciam efetivamente, não me recordo de contribuir nesse sentido. Participava do Conselho de Classe, no entanto, as questões discutidas restringiam à disciplina em sala de aula onde por vezes concordei com o não uso de aparelhos celular em sala, uma questão muito problemática.

Após concluir o Ensino Médio, ingressei em um curso superior, resolvi cursar o Curso de Ciências Contábeis, onde fiz em outro município, na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás, graças à Deus conseguir concluir o referido curso com muito esforço e dedicação. Posteriormente fiz dois cursos técnicos pelo Instituto Federal Goiano, curso de Técnico em Serviços Públicos e depois Curso Técnico de Finanças.

Quanto a minha escolha em cursar o Curso de pedagogia e escolher o magistério como futura profissão, contribuiu no tocante que sou filho de Pedagoga e, aprendi a gostar das práticas sócioeducativa, considero a minha mãe como motivação principal e fundamental para a minha escolha. Vejo que alguns professores marcaram a minha escolar, considero-os como bons professores, que contribuíram para a minha formação. Tenho ótimos sentimentos em saber que com desprendimentos de esforços estarei atuando no âmbito sócio-educacional e, assim poder contribuir para a etapa principal da vida do indivíduo, a educação na sua essência.

DIMENSÃO 2 – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Quanto a minha escolha em cursar o Curso de Pedagogia e escolher o Magistério como futura profissão, foi pelo fato de que sou filho de Pedagoga e, aprendi a gostar das práticas socioeducativas, considero a minha mãe Germana Barreira como exemplo de motivação principal e fundamental para a minha escolha.

Vejo que alguns professores marcaram a minha vida escolar e acadêmica, considero-os como bons professores e excelentes exemplos, que contribuíram para a minha formação. Tenho ótimos sentimentos em saber que com desprendimentos de esforços estarei atuando no âmbito sócio-educacional e, assim poder contribuir para a etapa principal da vida do indivíduo, a educação na sua essência.

As minhas perspectivas futuras apontam para atuação como Pedagogo na Secretaria Municipal de Assistência Social, pretendo desenvolver um trabalho junto as crianças e adolescentes diante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

DIMENSÃO 3 – MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais tem-se presenciado a necessidade da evolução da educação, pois ao mesmo tempo em que foram criadas muitas políticas públicas, do outro lado existe a deficiência na gestão escolar e conseqüentemente o prejuízo no ensino dos alunos. O tema “A importância do conselho escolar e suas instâncias na escola municipal Alci Alves Moreira”, busca fazer um estudo sobre como deve ser a atuação dos conselhos escolares: Conselho Escolar, Conselho de classe, Conselho da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, para que a educação funcione com mais eficiência. Diante dessa proposta, esse trabalho de pesquisa parte dos seguintes questionamentos: Qual a importância do conselho Escolar para a melhoria da Educação na Escola municipal Alci Alves Moreira? Como deve ser sua atuação no ambiente escolar?

O objetivo geral deste trabalho é compreender a importância do Conselho Escolar e suas Instâncias na Escola Alci Alves Moreira. E os objetivos específicos são: pesquisar sobre os mecanismos de Gestão Educacional Democrática, compreender como deve ser a atuação do Conselho Escolar para melhorar a educação e analisar o regimento, sua função e atuação do Conselho Escolar da Escola Municipal Alci Alves Moreira, “Tia Cici”.

No decorrer do curso de pedagogia o ambiente escolar tem sido fonte constante de pesquisa, se observa que é necessária uma ação mais atuante e efetiva do Conselho Escolar em todas as Unidades de Ensino. De acordo com Dourado (2009, p.12) a “expressão da democracia na escola pode ser concebida pela organização do coletivo com representatividade por meio das instâncias colegiadas” (p.12). Essas instâncias são de suma relevância para o bom funcionamento da escola. Conforme Galina (2008, p.16) ressalta que:

O trabalho das Associações de Pais, Mestres e Funcionários e dos Grêmios Estudantis, não somente indica as possibilidades de consolidação do fortalecimento da comunidade, como também a garantia de espaços de discussão e de tomada de decisões no âmbito pedagógico, estrutural e financeiro. Este processo de participação da comunidade organizada nos segmentos de gestão se consolida nos Conselhos Escolares. O Conselho Escolar é o órgão máximo de gestão

no interior da escola. É por ele que passam discussões importantes como à construção do Projeto Político-Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular, do Plano de Ação da escola e do Regimento Escolar (GALINA, 2008, p.16).

Várias escolas nem Conselho Escolar e nem Gestão Democrática tem. No semestre passado durante as observações na gestão ficou evidente que a gestora da Escola Municipal Alci Alves Moreira estava sozinha para gerir a escola. Diante desse problema existe a necessidade de uma pesquisa bibliográfica e de campo, que foque o Conselho Escolar dessa escola. Por isso esta monografia é de extrema necessidade, pois a busca por uma gestão democrática é o mover dos Pedagogos, e o Conselho Escolar é a ferramenta principal de trabalho junto à comunidade escolar.

O primeiro capítulo é o Referencial Teórico que é composto dos seguintes itens: 1.1 Gestão Educacional Democrática, 1.2 As Instâncias de democratização nas Escolas, 1.2.1 Conselho Escolar, 1.2.2 Conselho de Classe, 1.2.3 APMF - Associação de Pais e Mestres e Funcionários e 1.2.4 Grêmios Estudantis.

O segundo capítulo deste trabalho trata da Metodologia, que é composto dos seguintes itens: 2.1 Contexto da Pesquisa, 2.2 Tipo de Pesquisa, 2.3 Participantes do Estudo, 2.4 Instrumentos de Coleta de Dados, 2.5 Procedimentos de Coleta de Dados e 2.6 Procedimentos de Análise de Dados.

O terceiro capítulo deste trabalho trata da apresentação e análise dos resultados. Por último as considerações finais e as referências.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Gestão Educacional Democrática

Segundo Vieira (2007, p. 60) a Gestão Educacional prevista na “Constituição e a LDB” e que nela está contido toda “organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal” que estejam sobre a responsabilidade da “União, dos Estados e dos Municípios; das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas, deliberativas e executivas do setor educacional; e da oferta de educação escolar pelo setor público e privado”.

A educação pública é de responsabilidade da “União, dos Estados, e do Distrito Federal” (VIEIRA, 2007, p.60). O regime de colaboração está descrito na Constituição Federal de 1988(Brasil, 1988), em seu Art. 211 e no art. 8º da LDB (Brasil, 1996). As atribuições estão na “Emenda Constitucional (EC n. 14/96, Art. 3º) e detalhada pela LDB (Art. 9º, 10, 11, 16, 17, 18 e 67)”. A educação básica, que discutiremos em maior detalhe adiante, é uma atribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (VIEIRA, 2007, p.60).

Vieira (2007, p. 64) destaca que a gestão democrática está prevista no artigo 14 da LDB nº 9394 de 1996, afirma que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades” (p.64). Essa autora discorre ainda que:

O estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiem processos de participação social: na formulação de políticas educacionais; na determinação de objetivos e fins da educação; no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimentos; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação (MEDEIROS; LUCE, 2006, *apud* VIEIRA, 2007, p. 64-65).

Também serão estudados os autores Oliveira, Morais e Dourado (2009, p. 4), que falam da construção da gestão democrática e das lutas que enfrentam. Para eles a gestão democrática possui como elemento primordial a participação efetiva “dos pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola enfim, nos processos decisórios da escola” (OLIVEIRA, et.al, 2009).

Segundo Ferreira (2001) *apud* Moraes (2013, p.10) a gestão democrática é de fundamental importância para atingir os objetivos pedagógicos na atualidade. Para isso é necessário uma “liderança centrada na competência, legitimidade e credibilidade” (p.10), não pode ser uma gestão de subordinação, sendo assim “escolher um bom diretor é escolher os rumos e a qualidade do processo da gestão da escola” (p.11). Por isso é tão necessário a eleição direta no voto para escolher os gestores escolares.

Para Cury (2002) *apud* Moraes (2013, p.11) a gestão democrática se fundamenta na tomada de decisão de maneira participativa, e ainda “na determinação pública e que expressando desejo de transformação dos indivíduos em cidadãos e da sociedade como democrática” (p.11). Nesse aspecto reflete-se que a gestão democrática somente se concretiza quando existe a verdadeira participação dos envolvidos e também no querer de todos. Pois não adianta ter as leis que dão liberdade aos cidadãos, se eles não querem se envolver nas tomadas de decisão, principalmente porque a atuação nos conselhos se dá de maneira voluntária.

Partindo do que afirma Paro (2008, *apud*, Ribeiro e Chaves, 2012) a gestão educacional democrática busca “o desenvolvimento da instituição de forma autônoma e participativa, pois os sujeitos educacionais podem atuar ativamente no debate dos temas importantes para a instituição” (p.2). Toda a comunidade escolar participa ativamente, em todas as etapas, planejando, executando e avaliando as ações desenvolvidas.

Na visão de Barroso (2006, *apud*, Ribeiro e Chaves, 2012) a gestão educacional democrática permite a participação e autonomia de todos os envolvidos no sistema de ensino, alunos, professores, pais, diretores, funcionários. Esse autor reforça que a participação “participação de todos permite que todos acompanhem e decidam em relação aos rumos da instituição educacional” (p.2). A autonomia por sua vez ajuda a Unidade de Ensino, a implantar “suas políticas internas sem condicionamentos externos” (p.2), um exemplo, que podemos citar nesse sentido, é a gestão dos recursos que vem direto para escola, através do diagnóstico feito, a equipe define quais as prioridades, e tendo o recurso em mão executa, sem a necessidade de interferências de outras instâncias decidindo o que fazer.

Ribeiro e Chaves (2012) mostram que para se implantar a gestão democrática, primeiro é preciso um conhecimento amplo do seu funcionamento, e

também do contexto da instituição de ensino. “Pois todo o planejamento deve ser feito baseado no que se tem de concreto, não dá para planejar baseado em sonhos, é preciso saber onde buscar ou tirar a solução dos problemas” (p.12). Todos os envolvidos precisam preocupar-se em melhorar a sociedade e não o mercado, ou seja, é preciso que foco seja a melhoria naquele que beneficie a todos os envolvidos, e não que atenda aos interesses de poucos.

Para os autores Ribeiro e Chaves (2012, p.13) “a gestão educacional democrática deve estar em constante construção, tomando cuidado com as políticas neoliberais, que objetiva a redução da autonomia” (p.13). Deve priorizar as demandas da sociedade e não de grupos específicos. Segundo esses autores a gestão democrática “não poderá ser de forma mecânica e/ou catalisadora das determinações exteriores.” (p.13). As decisões não podem sofrer pressões de líderes, por exemplo, da escola ou da comunidade local.

Segundo Brasil (2004) o Ministério da Educação ou outros organismos internacionais, podem dar sugestões ou baixarem algumas portarias que regulamente o assunto. Isso segundo (Brasil, 2004) “deve atender as demandas advindas de participação ativa e interna a instituição” (p.14). O ideal é que se discuta antes com a comunidade escolar e com toda a sociedade, com o objetivo sempre de atender aos discentes da melhor forma possível.

Diante do que foi evidenciado sobre Gestão Educacional democrática percebemos que ela não tira a responsabilidade do diretor, pelo contrário permite que tenham instâncias coletivas que colaboram na tomada de decisões, permite a autonomia, pois permite que a escola receba recursos vindos direto da escola, sem depender tanto das secretarias de educação

1.2 As instâncias de democratização nas Escolas

Segundo Galina (2008, p.9) “as instâncias da Gestão Democrática são espaços de participação da comunidade escolar como: o Conselho Escolar, Conselho de classe, APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Grêmios Estudantil”. Elas são responsáveis por contribuir com os gestores nas tomadas de decisões, mas mesmo sendo ferramentas tão importantes, enfrentam muitas dificuldades de concretização, esses “obstáculos que se contrapõem a participação coletiva exigida na democracia”. De acordo com Paro (2005), *apud* Galina (2008)

isso porque vive-se em uma “uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulados com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à democracia”.

A seguir serão conceituados os conselhos que embasam o tema dessa pesquisa, ou seja, Conselho escolar, Conselho de classe e Conselho da Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

1.2.1 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é uma das instâncias que caracteriza a gestão democrática, segundo Brasil (2015) o Conselho deve analisar o Projeto Político Pedagógico das escolas e zelar pela implementação do mesmo e no caso daquelas que não possuem, deve participar de todo processo de elaboração. Esse órgão “tem um importante papel no debate sobre os principais problemas da escola e suas possíveis soluções” (p.48). Dentre as atribuições do Conselho escolar está a “participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente” (BRASIL, 2015, p.48).

Segundo Brasil (2004, p.44) o Conselho Escolar é um “órgão de representação da comunidade educativa” (p.44), e conta com a participação de representantes da comunidade escolar. E pode “constituir um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador” (Brasil, 2004). A quantidade de participantes depende do tamanho da escola, as atribuições “dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições das comunidades local e escolar” (Brasil, 2004, p.45). Logo aí está na Lei a importância da fiscalização do Conselho Escolar.

Conforme, Brasil (2009, p. 15) destaca que todos os documentos que regem a escola e Conselho Escolar, devem ser construídos coletivamente, e que “é fundamental que a instituição educativa tenha autonomia para elaborar seu próprio regimento” (p.15). Em relação às principais atribuições do Conselho Escolar destaca-se a “função de coordenação do coletivo da escola e a criação de mecanismos de participação (p.16)”. Todos os membros devem estar envolvidos no processo de atuação do Conselho Escolar.

De acordo com Brasil (2004, p. 47) quando a direção escolar permite a participação ativa e ampla do Conselho Escolar, fortalece os “mecanismos de

participação e decisão coletivos” (p.47). Portanto quando se trata de gestão democrática o Conselho Escolar deve ser atuante e para isso os gestores precisam permitir a atuação, pelo contrário a gestão não é democrática.

Conforme a autora Ramos (2014, p.13) informa que segundo o Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares, estabelecido pela portaria ministerial no ano de 2004, objetiva:

- I - Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- II - apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- III - instituir políticas de indução para implantação de conselhos escolares;
- IV - promover, em parceria com os sistemas de ensino, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância;
- V - estimular a integração entre os conselhos escolares;
- VI - apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- VII - promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação (BRASIL, 2004, *Apud RAMOS* 2014, p.13)

O fragmento acima mostra que o conselho escolar é tão importante dentro da escola, que foi até criado um programa específico, para dar apoio a ele. Assim os conselhos escolares possuem uma ferramenta importante de formação, ou seja, esse programa apoio os conselhos dando as diretrizes de atuação.

Para a autora Ramos (2014, p.14) o portal do Ministério da Educação, estabelece que os conselhos escolares possuem autonomia para:

Deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação. (MEC, 2014, s/p *apud RAMOS*, 2014, p.14)

Percebe-se no fragmento acima, que o conselho escolar é completo, pode deliberar, fiscalizar as ações da escola, deixando a escola menos dependente das secretarias estaduais e municipais de educação, pois as decisões podem partir dele. Os conselhos têm “aparatos legais como nas práticas vinculadas a sua função e atuação, a gestão democrática nas escolas públicas que tem no estabelecimento de seus mecanismos legais a participação política da população como um de seus pilares”, (RISCAL, 2010, *apud RAMOS*, p.14). Esses pilares devem estar pautado no

bom senso de todos os membros do Conselho Escolar. O trabalho deve ser coletivo, junto com a gestão democrática.

O Conselho escolar na Escola pública é visto como órgão que fiscaliza e que ao mesmo tem autoridade sobre as situações do cotidiano da escola. Paro (2005, p.8) complementa dizendo que: "Que é símbolo ora pelas figuras do gestor da instituição, ou mesmo, pela mantenedora (municipal ou estadual) quando se utiliza da educação pública como aparelho ideológico" (p.8). No aspecto de simbolizar demonstra seriedade e poder participativo nas decisões da gestão escolar. Paro (2005, p.10) ainda menciona que: "a escola é reprodutora de ideologia dominante e sua transformação passa por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras" (p.10). Logo a gestão democrática trabalha em conjunto com esta instituição que possui estratégias que podem ajudar e muito todos os setores da escola pública.

Segundo a autora Abranches (2003, p.22-23) os conselhos de educação:

Inserem-se na estrutura dos sistemas de ensino como mecanismo de gestão colegiada, para tornar presente à expressão da vontade da sociedade na formulação das políticas e das normas educacionais e nas decisões dos dirigentes. Na condição de órgãos colegiados, os conselhos sempre deliberam ora como decisão com eficácia administrativa, quando definem normas na sua esfera da competência, ora como simples "aconselhamento", quando oferecer uma orientação (ABRANCHES, 2003, p.22-23).

No conselho escolar deve ser decidido sempre o melhor possível para toda a comunidade escolar. Eles atuam pedagogicamente, administrativamente e financeiramente. O Conselho escolar é símbolo de democracia, respeito e cidadania. Conforme a autora Hora (1994, p.27) ressalta que:

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que se vive. Na Carta Magna – a Constituição de 1988 –, em seu art. 206, assumidos no inciso VI e reassumido no art.3º da LDB n. 9.394/96, consta, claramente os princípios que devem nortear a educação escolar: a "gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (inciso VIII do art. 3º da LDB) (HORA, 1994, p.27).

O PPP da escola deve ser bem pensado e bem feito no sentido de preparar soluções para futuros conflitos, que por ventura venham existir no meio escolar em que todos os interessados estão inseridos. Com esse documento bem respaldado o conselho escolar não terá dificuldades em mediar e solucionar conflitos ora existentes.

1.2.2 Conselho de classe

Lorenzoni (at. al, 2010, p. 2) destacam que o Conselho de Classe é realizado nas escolas e é algo que leva a “inquietação, pois somente professores reuniam-se para discutir o processo educativo, como detentores do saber”(p.2), isso causava grande descontento entre os professores, pois era “um momento de catarse, em que se dividiam os problemas e, conseqüentemente, não se encontravam culpados, ou a vítima era sempre o aluno e a família, excluindo-se qual quer responsabilidade ao professor ou à escola”. Porém segundo esses autores essa é a maneira equivocada do Conselho de Classe, nele é preciso que tenha pais e alunos, e não deve ser um grande júri, os professores julgam os alunos.

Segundo o site Portal da Educação (Brasil, 2018, p.5), “os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola” (p.5). Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho, neles as famílias podem participar ativamente das tomadas de decisões das escolas onde seus filhos são alunos.

Segundo Brasil (2018, p.6), “caso as famílias querem ajudar na gestão escolar, pode candidatar a uma vaga dentro do conselho, e dentre as responsabilidades dos conselheiros está à fiscalização” (p.6). Essa fiscalização deve ser no sentido de apurar o lançamento de notas, conteúdos e relação entre alunos e professores. Também “da aplicação de todo recurso recebido pela escola, também deve participar das discussões sobre o Projeto Político Pedagógico juntamente coma gestão escolar e com os professores” (p.7).

O Conselho de Classe é uma reunião no qual o aluno é o centro de tudo. Segundo Veiga (2004, p.115) o conselho de classe “é um colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, que é o eixo central do trabalho escolar e seu objetivo é discutir e aprimorar o processo e a prática discente

e docente” (p.115). As práticas pedagógicas devem ser revistas de acordo com a aprendizagem e rendimento dos alunos.

Conforme Veiga (2004, p.116), alerta que:

O Conselho de Classe é uma instância contraditória. De um lado, eles se reduzem a grande parte, em um mecanismo de reforço das tensões e conflitos, com vistas à manutenção da estrutura vigente, tornando-se peça-chave para o fortalecimento da fragmentação e da burocratização do processo de trabalho pedagógico. Por outro lado, o Conselho de Classe pode ser concebido como uma instância colegiada que, ao buscar a superação da organização prescritiva e burocrática, se preocupa com processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2004, p.116).

Essa preocupação está no sentido de que todo o trabalho pedagógico deve estar concentrado no bem do aluno e nas relações dele dentro de sala de aula. Enfim, tem que ter sempre um diálogo, entre pais, professores e coordenação da unidade escolar.

1.2.3 APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários (as)

Dentre as instâncias da Gestão Escolar Democrática está a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, segundo Galina (2008, p. 12), essa entidade é “pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, que não tem caráter político-partidário, religioso, racial, nem fins lucrativos” (p.12). Uma organização que é composta por uma diretoria e conselheiros, esses não são remunerados, o objetivo é “promover a integração escola-comunidade (p.12)”. Essas pessoas realizam trabalho comunitário e voluntário em prol da comunidade escolar e perante a sociedade local.

Segundo Oliveira e Artigas (2017, p.8017), mostram que a APMF foi instituída nas escolas públicas, por meio de “decretos e legislações próprias como unidades executoras dos recursos financeiros da unidade escolar” (p.8017). Com o objetivo de “desburocratizar a chegada de recursos públicos às escolas” (p.8017). A Associação de pais, mestres e funcionários (as) é de suma relevância, porque ajuda na realização do trabalho coletivo realizado na escola.

A APMF anda com seus próprios objetivos. Conforme Oliveira e Artigas (2017, p.8017) essa entidade é independente, e “possui documentos orientadores próprios, seus estatutos, os quais norteiam seu funcionamento como entidades representativas da comunidade escolar” (OLIVEIRA e ARTIGAS, 2017, p. 8017). Se reúnem periodicamente e “planejam e discutem a efetivação de ações vinculadas ao projeto político pedagógico das escolas” (OLIVEIRA e ARTIGAS, 2017, p. 8017). O PPP mais uma vez é importante na tomada de decisões dessa instituição.

A APMF é constituída de pessoas que pensam no coletivo e nos interesses de toda a comunidade escolar. Conforme a autora Adrião (2007, p.22) essa associação tem as seguintes características:

Já a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) constitui-se em mais um dos mecanismos de participação da comunidade na escola, estreitando a aproximação dos pais com a escola. A APMF, pessoa jurídica de direito privado, não tem caráter político partidário, religioso, racial, nem fins lucrativos. Sua função é gerenciar o financeiro da escola, acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar; estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos professores, funcionários, assim como mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo, para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades (ADRIÃO, 2007, p.22).

A APMF também pode trabalhar com projetos em conjunto com a escola. Esses projetos devem ser de interesse da comunidade escolar e também da sociedade local que é tão carente de ideias e ações que tragam a união da escola e de todos ao seu redor. Segundo o autor Torres (2000, p.60) é preciso que:

Os segmentos da escola comecem a perceber que as formas participativas apregoadas pelo Estado tornam o termo democracia uma simples adjetivação da gestão, retirando, com isso, o seu sentido humano e político. Daí a necessidade de se contar com a construção de um novo e diferente projeto de escola. Um projeto que seja financiado pelo Estado, mas que represente efetivamente os anseios, as expectativas e sonhos dos segmentos da escola. Um projeto que garanta o desmantelamento da hierarquização do poder no interior das instâncias educativas, da fragmentação entre as tarefas de concepção e execução do trabalho, da centralização do comando, enquanto princípios que limitam a participação e que fortalecem o modelo de gestão fundamentado na burocracia. (TORRES, 2000, p.60).

A APMF deve sempre trabalhar em prol da comunidade escolar. Deve evitar no seu meio pessoas que tenham interesses próprios em outras causas que não

aproveitam o meio escolar e seus problemas para a execução de ações que beneficiem alunos, professores, gestores e funcionários em geral.

1.2.4 Grêmios Estudantis

O Grêmios estudantil é uma instância composta por representantes de alunos. De acordo com Oliveira (et. al . 2009, p. 13) ele está prevista na Lei nº 7.398/85, que o coloca como sendo um “órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição”.

A escola que deseja formar cidadãos completos deve incentivar a organização dos alunos por meio do Grêmios Estudantil. Para Veiga (2004, p.13) o grêmios se constitui como:

Instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula. O Grêmios Estudantil é o órgão de representação do corpo discente da escola, que deve representar a vontade coletiva deles e promover a ampliação da democracia, desenvolvendo a consciência crítica. O Grêmios Estudantil não tem fins lucrativos, deve representar os estudantes, defender seus direitos, estreitar a comunicação dos alunos entre si e com a comunidade escolar, promovendo atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. Também é função do Grêmios realizar intercâmbio de caráter cultural e educacional com outras instituições. Assim, é um laboratório de aprendizagem para o desenvolvimento da função política e democrático da educação (VEIGA, 2004, p.13).

O Grêmios é uma representação exclusiva de estudantes. É uma oportunidade de refletir a vida estudantil e suas fases. Ele tem caráter social, comunitário e reivindicativo. O Grêmios estudantil foi criado ano de 1985, pelo então presidente José Sarney. A Lei que dá base é a Lei 7.398 de 04 de novembro de 1985. Ela trata sobre a organização de entidades representativas dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Segundo Brasil (1985) ela assegura: “a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais” (BRASIL, 1985, art. 1º).

A criação de um grêmios pode ser realizada em qualquer momento na vida de uma escola. Os alunos devem se encontrar devidamente matriculados na escola. Todos os alunos têm o direito assegurado pela Lei citada acima de participarem de

um grêmio. A direção escolar só deve apoiar e incentivar a construção do mesmo. Para Carlos (2006, p.8) “o Grêmio Estudantil é um órgão composto somente de estudantes” (p.8). Ele deve estar sempre preocupado em tornar realidade às aspirações da maioria daqueles que estudam num estabelecimento de ensino que lutam pelos seus direitos na escola para botar em prática suas opiniões e suas ideias.

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Contexto da Pesquisa

O presente estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, que segundo Ludke e André (1986, p.12) em seu livro a “Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas” têm o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como o principal instrumento. Portanto, “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, através do trabalho intensivo de campo” (1986, p.12).

Oliveira (2002, p. 117) afirma que na abordagem qualitativa o pesquisador:

Tem quase que obrigatoriamente descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2002, p.117).

A análise de uma situação ou de um grupo requer estratégias de observação para que a hipótese daquele problema seja comprovada ou não, por isso a importância da abordagem qualitativa que envolve esse projeto de pesquisa.

Para Gil (1999, p.42), “a pesquisa tem um caráter pragmático”, ou seja, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (p.42). O autor considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

Conforme Gil (1991, p.32) “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas”. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Portanto, a pesquisa é descritiva. As análises serão indutivas. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Neste estudo, utilizamos os instrumentos de observação e entrevista semiestruturada e análise documental. Para Gil (1991, p.33) a observação participante “é o estudo de um fenômeno tal como ele se apresenta na natureza, na observação o investigador se limita a contemplar a natureza” (GIL, 1991, p.33).

Para Trivinos (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada tem:

Como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador (TRIVINOS, 1987, p.146).

Complementa Trivinos (1987, p.152) que a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (p. 152). O foco nas entrevistas é necessário. Esse processo deve ocorrer da melhor maneira possível.

A escola pública municipal estudada é a Escola Municipal Alci Alves Moreira, situada no Município de Cavalcante Goiás . É mantida pela prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Cavalcante Goiás. Ela oferta o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e o EJA, é pública, com um total de 540 alunos nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, recebe alunos que residem na cidade e na zona rural.

A escola tem em seu quadro 55 funcionários, composto por: 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 secretária, 03 auxiliar de secretaria, 01 coordenadora, pedagógica, 01 auxiliar de sala de aula, 03 coordenadores de turno, 19 educadores regentes, 02 auxiliares de educação física, 01 bibliotecária, 05 auxiliares de serviços gerais, 01 técnico de informática, 06 merendeiras, 03 porteiros serventes, 01 guarda noturno, 01 coordenador do Programa mais educação e 04 monitores de educação.

A escola tem uma boa relação com a comunidade, bem como é respeitada pela comunidade. Tem o apoio da mesma em suas decisões. A escola desenvolve projetos, buscando a presença constante da comunidade no seu desenvolvimento e execução. O quadro docente também é muito atuante.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) traz como missão a construção contínua e evolutiva do conhecimento e o aluno é o sujeito ativo de sua própria formação, o

que lhe permite aprender, criar, investigar, resolver problemas, produzir, ter e ser de forma autônoma. Para tanto, com uma visão global e interdisciplinar do conhecimento dão-se condições para o aluno se desenvolver por meio da interação grupal, em situações significativas e integradas ao seu ambiente sócio-cultural-econômico, as quais exigem cooperação, partilha participação e relações sociais e afetivas mais harmônicas e prazerosas.

O sistema de avaliação baseia-se na aplicação de provas, trabalhos, e atividades orais e escritas, além da análise do comportamento e participação, isso de forma contínua.

A escola adota diversas metodologias de ensino tradicional e socioconstrutivista. O professor define aquela que melhor se encaixa no aluno. Nos últimos anos o PNAIC trouxe novas metodologias que trabalham com o concreto.

A unidade Escolar possui órgãos colegiados: APM chamada APM da Escola Tia Cici, e também o Conselho Escolar. Toda ação é definida pelo conselho, inclusive a escola fez adesão ao Programa Mais Educação, e quem decidiu a adesão foi o conselho. Porém não existe Grêmio Estudantil, devida a falta de interesse dos alunos.

A prática pedagógica da escola destaca-se por incentivar seus alunos a buscar uma formação plena de perspectiva humanista e cristã resgatando a dignidade da pessoa humana e que prepare para o pleno exercício da cidadania. Reconhecendo a necessidade de atender o aluno de forma individualizada, o respeito ao ritmo de aprendizagem e as diferenças individuais são aspectos determinantes em nossa ação educativa.

A proposta pedagógica orienta-se para uma perspectiva de construção contínua e evolutiva do conhecimento e o aluno é o sujeito ativo de sua própria formação, o que lhe permite aprender, criar, investigar resolver problemas, produzir, ter e ser de forma autônoma.

A Escola tem como base de trabalho os seguintes documentos: o PPP (Projeto Político Pedagógico), o Regimento Escolar, Plano de atividades, calendário escolar, e projetos específicos de datas comemorativas. As instâncias de democratização dos espaços escolares existentes são: Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres.

2.2 Tipo de Pesquisa

Nesta pesquisa foram utilizados os pressupostos da pesquisa qualitativa. Observando os objetivos utilizar-se a pesquisa exploratória, que segundo Pamplona (2018, p.4) esse tipo de pesquisa objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (p.4)”.

Segundo Pamplona (2018, p.5) a pesquisa exploratória envolve: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (p.5). A análise dos exemplos foi feita pela análise das atas do Conselho Escolar da Escola. Pamplona (2018, p.6) ainda diz que: “Na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso” (p. 6). A justificativa pela escolha dessa pesquisa se dá porque ela favorece o debate com estudiosos que abordam a temática da pesquisa.

2.3 Participantes do Estudo

As entrevistas foram realizadas com 10 conselheiros do Conselho Escolar da Escola Municipal Alci Alves Moreira – Tia Cici. Ambas do sexo feminino. As participantes responderam a um questionário de entrevista semiestruturada com 11 perguntas. Elas não serão identificadas pelo nome delas. Atenderão por Conselheira 1, assim por diante, até Conselheira 10.

As conselheiras foram receptivas ao trabalho de pesquisa, responderam as entrevistas e questionamentos com boa vontade. Foram tomados todos os cuidados éticos e as conselheiras, juntamente com a Diretora da Unidade Escolar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2), de acordo com as recomendações e normas de pesquisas envolvendo seres humanos.

A diretora da escola também foi muito importante no sentido de liberar os documentos da escola (PPP, o Regimento Escolar, Plano de atividades, calendário escolar, Atas do Conselho escolar e Livro de reuniões da Associação de Pais e Mestres) e projetos específicos de datas comemorativas. Foi preparado um roteiro da análise documental com os documentos mencionados acima (Apêndice 1).

2.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados deste estudo foram: observação da Escola municipal Alci Alves Moreira, dos documentos da Unidade Escolar como PPP, Regimento Escolar, Plano de atividades, Calendário Escolar, Atas do Conselho Escolar, APMF (Livro de reuniões da Associação de Pais e Mestres) e Projetos específicos de datas comemorativas (Apêndice 1). E entrevistas semiestruturadas com 10 conselheiras do conselho escolar desta Unidade Escolar (Apêndice 2) .

2.5 Procedimentos de Coleta de Dados

O desenvolvimento da coleta de dados deste estudo ocorreu em duas fases, como sugere GIL (1991.p.34): a) a primeira fase exploratória (leitura e acesso aos documentos da escola) b) a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados. A coleta de dados foi feita de acordo com o cronograma do componente curricular proposto pela Faculdade de Educação-FE/UNB/UAB.

A chegada à escola ocorreu por meio de um contato com a diretora, que me apresentou a algumas conselheiras da escola. Inicialmente apresentei a proposta do trabalho que tinha como finalidade uma pesquisa qualitativa que materializaria neste TCC para conclusão do Curso de Pedagogia. A inserção na escola no geral foi bem tranquila.

2.6 Procedimentos de Análise de Dados

Para Lakatos (2001, p.36), "os procedimentos de análise dos dados consistem na interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório de pesquisa" (p.36). A análise dos dados foi realizada a partir das entrevistas semiestruturadas e das observações feitas nos documentos da escola.

As Conselheiras participantes foram selecionadas devido à qualidade de sua atuação e do papel social que representavam na educação na cidade de Cavalcante Goiás, com a repercussão na sociedade local, em especial, pelos trabalhos que

realizam com a prática de projetos bem elaborados que atendem as necessidades dos alunos e esclarecem a comunidade local.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro, contendo 11 questões referentes à compreensão da importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil, pesquisar sobre os mecanismos de Gestão Educacional Democrática, compreender como deve ser a atuação do Conselho Escolar para melhorar a educação e analisar o regimento, sua função e atuação do Conselho Escolar da Escola Municipal “Tia Cici”. As entrevistas realizadas serviram para promover a discussão apresentada nesta pesquisa.

CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A escola de hoje tem experimentado um novo modelo de gestão escolar. A Gestão Democrática onde o gestor (a) é eleito no voto. Antes era uma indicação política. Infelizmente em alguns municípios do Brasil isso ainda ocorre. Outra conquista foi o tema deste estudo que é o Conselho Escolar democrático e ativo. O Conselho Escolar ajuda a fortalecer a gestão democrática. Ele ajuda na construção do PPP e na definição dos gastos dos recursos recebidos pela unidade escolar.

Analisando os Objetivos da pesquisa e os dados que foram coletados através da observação dos documentos e da entrevista semiestruturada serão organizadas em subtítulos considerando os procedimentos utilizados na pesquisa de campo.

A seguir, apresento as análises em relação à pesquisa documental sobre, bem como discutir os aspectos considerados importantes para os objetivos específicos da pesquisa à luz de conhecimentos científicos. São eles: pesquisar sobre os mecanismos de Gestão Educacional Democrática, compreender como deve ser a atuação do Conselho Escolar para melhorar a educação e analisar o regimento, sua função e atuação do Conselho Escolar da Escola Municipal Alci Alves Moreira, "Tia Cici". Logo após os resultados das Entrevistas Semiestruturadas com as 10 Conselheiras do Conselho Escolar da Escola e a discussão com os autores (as). As conselheiras não serão identificadas pelo nome, serão chamadas por Conselheira 1 assim ,por diante até Conselheira 10 .

3.1 Apresentação dos Resultados da Análise Documental

PPP – Projeto Político Pedagógico	O Projeto Político Pedagógico deste estabelecimento de ensino define-se por ser uma construção coletiva da identidade da escola pública, popular, democrática e de qualidade para todos. O projeto define uma concepção de homem, sociedade, conhecimento, educação, cultura, cidadania, ensino, aprendizagem e avaliação articulada à
-----------------------------------	--

PPP- Projeto Político Pedagógico	dimensão político-pedagógica de produzir uma concepção de educação e sociedade democráticas. Sua finalidade é enfrentar os desafios das mudanças e transformações, tanto na forma como a escola organiza o seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida, repensando a sua estrutura e estratégias de ação, um plano elaborado de forma reflexiva, consciente, sistematizada e principalmente coletiva.
Regimento Escolar	A Escola visa um trabalho educativo e socializador, com a presença constante e alegria em estar junto com as crianças, a equipe diretiva docente desenvolve uma moderna proposta educativa, infantil e social.
Plano de Atividades	O Plano de Atividades é feito pelas professoras, juntamente com a Coordenadora da Unidade Escolar é semanal e mensal.
Calendário Escolar	O Calendário Escolar segue todas as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Cavalcante Goiás.
Atas do Conselho Escolar	As atas são registradas no Livro de Atas do Conselho Escolar, a cada reunião, todas as deliberações são registradas e assinadas pelas componentes do Conselho Escolar.
APMF–Livro de Reuniões da Associação de Pais, Mestres e Funcionários	Quanto à comunidade local e escolar, é bastante diversificada social, cultural e economicamente, pois temos Pais,

APMF–Livro de Reuniões da Associação de Pais, Mestres e Funcionários	Mestres e Funcionários com acesso a informação, através da mídia, da rua, da família, da tecnologia com ou sem experimentação, todos comprometidos, solidários, politizados e interessados em realmente buscar o conhecimento, sua autonomia e sua cidadania procurando exercer seus direitos e deveres.
Projetos Específicos de datas comemorativas	Os projetos são divulgados para apreciação e conhecimento da sociedade através de faixas e cartazes na Escola. Há momentos de reflexão sobre avanços e retrocessos tanto a nível administrativo, quanto ao ensino – aprendizagem, havendo retomada se necessário.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

A análise documental da escola demonstra que a unidade está organizada, conforme o PPP e orientações da Lei nº 7.938, de 04 de novembro de 1985(Brasil, 1985) e Resolução 004 de 2009(Brasil, 2009), que trata das deliberações e das instâncias colegiadas, aqui citadas: Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Conselho de Classe. Sendo que o Conselho tem função deliberativa e decisiva quanto à distribuição dos gastos e aplicações financeiras. Tudo isso faz parte da Gestão Democrática. Segundo Almeida (2010, p.22):

Toda organização existente no âmbito escolar, refletida e elaborada a partir de uma reflexão do seu cotidiano. Sua construção requer uma ruptura com a hierarquização e centralização de poderes. Portanto, deve ser construído no processo democratizado de tomadas de decisões e encaminhamentos com toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, direção, coordenação, equipe administrativa, vizinhos, liderança comunitária e grupos da comunidade) para vivenciado a todos o momento (ALMEIDA, 2010, p.22).

A Escola Municipal Alci Alves Moreira ainda não tem Grêmio Estudantil. É a única instância que falta para completar a Gestão Democrática. Concluiu-se como de fundamental importância para a formação cidadã, a inclusão social em seus vários aspectos e a gestão democrática, pois através da participação dos Conselhos Escolares desenvolve-se a consciência social crítica e o sentido de cidadania e fortalece a Gestão Democrática.

3.2 Apresentação dos Resultados das Entrevistas Semiestruturadas

3.2.1 Tabela 1 - Qual seu Nome?

Conselheira 1	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 2	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 3	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 4	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 5	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 6	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 7	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 8	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 9	Não serão identificadas pelo nome.
Conselheira 10	Não serão identificadas pelo nome.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As Conselheiras não serão identificadas pelo nome. Serão chamadas de Conselheira 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9,10.

3.2.2 Tabela 2-Há quanto tempo faz parte do Conselho Escolar?

Conselheira 1	02 anos
Conselheira 2	02 anos
Conselheira 3	01 ano e 11 meses
Conselheira 4	02 anos

Conselheira 5	01 ano
Conselheira 6	02 anos
Conselheira 7	04 anos
Conselheira 8	02 anos
Conselheira 9	04 anos
Conselheira 10	02 anos

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As 10 Conselheiras já estão há algum tempo trabalhando no Conselho Escolar da Escola Municipal Alci Alves Moreira. A Conselheira 1,2,3,6,8 e a 10 tem dois anos de atuação. A conselheira 2 tem 01 ano de 11 meses. A conselheira 7 e 6 tem 04 anos de atuação.

3.2.3 Tabela 3-Quais são os objetivos do Conselho Escolar?

Conselheira 1	É assegurar a participação da comunidade no processo educacional auxiliando e apoiando a equipe gestora em questões administrativas, financeiras e pedagógicas.
Conselheira 2	Promover a participação de várias pessoas na tomada de decisões importantes para a escola, visando uma melhoria na qualidade de ensino através de um ensino digno.
Conselheira 3	Assegurar a participação de toda a comunidade no desenvolvimento educacional, bem como auxiliar e apoiar a equipe gestora quanto a questões administrativas, financeiras e pedagógicas.
Conselheira 4	Vejo que o conselho escolar tem por objetivo contribuir com as tomadas de decisões da gestão escolar.
Conselheira 5	Contar com a participação da comunidade no âmbito escolar, apoiando a gestão nas questões financeiras, pedagógicas e administrativa.
Conselheira 6	Assegurar a participação da comunidade no processo escolar, auxiliando e apoiando a gestora em questões administrativas,

Conselheira 6	financeiras e pedagógicas.
Conselheira 7	Entendo que os objetivos do conselho escolar seja contribuir com uma gestão escolar de qualidade, deliberando ações que favoreçam um ensino de qualidade.
Conselheira 8	Percebo que os objetivos é promover a participação da comunidade escolar e auxiliar a gestão escolar.
Conselheira 9	Vejo que os objetivos são de aproximar a comunidade escolar, permitir a participação de todos e ajudar a melhorar o ensino e a gestão da escola.
Conselheira 10	Aprovar projetos juntos com a diretora e outros membros do conselho.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As conselheiras 1, 3, 5,6 dizem que é assegurar a participação da comunidade no processo educacional auxiliando e apoiando a equipe gestora em questões administrativas, financeiras e pedagógicas. As conselheiras 2, 4, 7, 8, 9,10 tiveram respostas diferentes dessas 4 conselheiras.No geral citaram pelo menos 1 objetivo do conselho escolar.Segundo Brasil(2004) apud a autora Ramos(2014,p.13) diz que as principais funções são:

- I - Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- II - apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- III - instituir políticas de indução para implantação de conselhos escolares;
- IV - promover, em parceria com os sistemas de ensino, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância;
- V - estimular a integração entre os conselhos escolares;
- VI - apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- VII - promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação (BRASIL, 2004, Apud RAMOS 2014, p.13).

As questões pedagógicas, financeiras e administrativas são uma preocupação das 10 conselheiras. De acordo com a citação acima é a função primeira. No entanto

a outras funções que não foram citadas, o que significa que precisa ocorrer uma reflexão sobre as demais funções.

3.2.4 Tabela 4-Como foi sua indicação para o Conselho Escolar?

Conselheira 1	Como eu sou a Diretora da escola, e já faço parte.
Conselheira 2	Fui convidada pela diretora da Escola Municipal Alci Alves Moreira para representar o seguimento de pais.
Conselheira 3	Fui indicada pela gestora em vigência.
Conselheira 4	A minha indicação foi feita pela equipe de professores.
Conselheira 5	A indicação aconteceu pelo fato de ser eu, a tesoureira da atual gestão, então me indicaram por ter conhecimento da parte financeira da escola.
Conselheira 6	Através de indicação.
Conselheira 7	Eu mesma me interessei com o propósito de poder participar e contribuir com a melhoria da nossa escola.
Conselheira 8	A diretora perguntou quem queria participar eu quis.
Conselheira 9	Sempre quis participar, então procurei a diretora e falei do meu interesse, então quando foi na época de montar o conselho ela me colocou. Não tem muitas pessoas que se interessam em participar de conselho.
Conselheira 10	Através de indicação.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As Conselheiras 1,2,3 e 8 disseram que foram indicadas pela gestora da Escola Municipal Alci Alves Moreira.As Conselheiras 6 e 10 relataram que foi através de indicação,mas não disseram quem.A conselheira 5 disse que é pelo fato de já ser a tesoureira da escola.As conselheiras 7 e 9 foi por interesse próprio.A conselheira 4 relatou que foi indicada pela equipe de professores da escola.No geral as indicações sempre tem o apoio da gestão democrática da escola.Por ser trabalho voluntário as conselheiras doam um pouco de tempo para as reuniões e deliberações do conselho.Segundo Cury(2002,p.16) o conselho escolar convida a ser uma:

Instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã. É primordialmente, o sustentáculo de projetos político-pedagógico que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade (CURY, 2002, p.16).

Desse modo a gestora da escola te buscado ser a mediadora desses convites. Por ser uma instância de discussão todos são bem vindos na atuação do conselho escolar. Mas, segundo Libâneo (1985, p.18) o conselho escolar deve ser eleito por meio de eleição:

Art. 13 - O Conselho Escolar terá como membro nato o Diretor do estabelecimento de ensino, eleito democraticamente para o cargo, em conformidade com a legislação pertinente, constituindo-se no Presidente do referido Conselho.

Parágrafo Único - O Conselho Escolar constituído elegerá seu Vice-presidente, dentre os membros que o compõe, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 14 - Os representantes do Conselho Escolar serão escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantido a representatividade de todos os níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - No ato de eleição, para cada membro será eleito também, um suplente (LIBÂNEO, 1985, p.18).

A democratização da escola ocorre também pela escolha do voto direto. Na busca pela real concretização da Lei vigente em nosso país.

3.2.5 Tabela 5-Qual é sua compreensão de Gestão Democrática Escolar?

Conselheira 1	Apesar da superficialidade com que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trata da questão da educação ao determinar os princípios que devem reger o ensino indica que um deles para o desenvolvimento da gestão democrática.
Conselheira 2	A minha compreensão é que para se ter uma gestão democrática escolar, tem que haver uma participação de várias pessoas da comunidade escolar, como os pais, funcionários, estudantes, entre outros.
Conselheira 3	A gestão democrática escolar é a que a participação de todos os segmentos, ou seja, participação de toda a comunidade escolar, como: pais, professores, alunos, gestão e demais funcionários

	envolvidos.
Conselheira 4	A meu ver a gestão democrática escolar, consiste na participação de toda a comunidade escolar, onde ocorre à descentralização, bem como a coletividade seja predominante.
Conselheira 5	A gestão democrática é onde se envolve toda a comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, alunos e familiares) em todas as tomadas de decisões.
Conselheira 6	Gestão democrática escolar é a aquela no qual se prioriza a participação do coletivo em todas as ações tomadas no âmbito escolar.
Conselheira 7	Quando a direção consulta o conselho sobre as coisas, ante de tomar a decisão.
Conselheira 8	Quando todos opinam, e participam das escolhas e tomam decisões conjuntas no que se refere à escola.
Conselheira 9	É quando a diretora não centraliza em suas mãos o poder, ou seja, toma as decisões consultando o conselho escolar.
Conselheira 10	Quando ocorre a participação de toda comunidade escolar nas decisões da escola.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As conselheiras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9,10 são unânimes em dizer que gestão democrática é quando todos participam do processo em si. Todas citam que todos devem participar: alunos, pais, professores, conselheiros e toda comunidade local. Segundo Vieira (2005, p.23) “Gestão é um termo que vem historicamente se firmando no âmbito da educação, e no estudo das instituições e organizações, incluindo as educacionais”. Ela situa-se no plano da escola e trata de atribuições sob sua esfera e abrangência. Ela situa-se na esfera micro.

Ela apresenta um conceito mais dinâmico de movimento, ação, mobilização e articulação, é tomada de decisão, é organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização que se constrói coletivamente, de forma criativa, através da participação, da escola e de seus integrantes.

Ainda segundo Vieira (2005, p.25) a gestão escolar democrática “orienta-se para assegurar aquilo que é próprio de sua finalidade (promover o ensino e aprendizagem), viabilizando a educação como um direito de todos”. Como tomada de decisão, a gestão escolar, acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive na sala de aula, onde se efetiva a proposta pedagógica, não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para o estabelecimento de novas políticas. Sempre com a participação de todas as instâncias da escola.

3.2.6 Tabela 6-Como é a agenda de reuniões ordinárias do Conselho?

Conselheira 1	Mensal.
Conselheira 2	No conselho que faço parte, fazemos reuniões para tomada de decisões, apenas quando há alguma causa urgente acontecendo.
Conselheira 3	Não há uma agenda fixa que determine as datas, nos reunimos sempre que surge algo, evento que cabe ao conselheiro solucioná-lo.
Conselheira 4	A agenda é reuniões ordinárias é deliberada mensalmente e quando a necessidade convoca reuniões extraordinárias.
Conselheira 5	As reuniões acontecem de acordo com as necessidades da escola. As conselheiras são convocadas para as reuniões, porém nem sempre da quorum.
Conselheira 6	Feita de acordo com as necessidades da escola.
Conselheira 7	Durante a minha participação no conselho, percebi que não existe uma regularidade nas reuniões, quando tem uma necessidade urgente, reúne.
Conselheira 8	Quando tem a necessidade urgente de tomar alguma decisão.
Conselheira 9	Não tem uma agenda anual de reuniões pelo que entendi, quando possui alguma necessidade, é que chama o conselho.
Conselheira 10	É feita de acordo com as necessidades da escola.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

A maioria das conselheiras respondeu que as reuniões acontecem à medida que surge uma necessidade. De acordo com Oliveira; Morais, Dourado (2009, p.25) que a composição e pauta das reuniões devem ser:

Art. 31 - A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo Diretor da escola, cabendo a este diligenciar pela efetiva realização das decisões do colegiado, e da consolidação do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Art. 32 - O Conselho Escolar deverá reunir-se periodicamente a fim de propor, renovar, acompanhar e avaliar, permanentemente, as ações implementadas na escola, os projetos desenvolvidos, os obstáculos encontrados e o nível de alcance das metas bem como, os objetivos estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Parágrafo Único - Após a convocação e divulgação da pauta de reunião do Conselho Escolar, cada representante de segmento procederá reunião específica para que seja ouvida e respeitada a opinião de seus pares.

Art. 33 - As reuniões do Conselho Escolar poderão ser ordinárias e extraordinárias.

I - as reuniões ordinárias serão mensais ou bimestrais, convocadas pelo Presidente do Conselho ou Vice-presidente e, no seu impedimento, por representante designado, dentre os seus componentes, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta claramente definida no Edital de convocação;

II - as reuniões extraordinárias serão convocadas, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, com pauta claramente definida e por solicitação:

a) do Presidente ou Vice-presidente do Conselho;

b) da maioria simples de seus membros, através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho especificando o motivo da solicitação.

Art. 34 - As reuniões serão realizadas, em primeira convocação, com quórum mínimo de maioria simples (metade mais um) ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com 1/3 (um terço) de seus membros (OLIVEIRA; MORAIS; DOURADO, 2009, p.25).

De acordo com esses autores as reuniões devem ter quorum e ter toda uma rotina e tramites a serem seguidos. Podendo ser ordinárias e extraordinárias. As reuniões têm que serem avisadas 72 horas antes.

3.2.7 Tabela 7-Como foi à atuação do Conselho na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola?

Conselheira 1	Esse documento que deve orientar a escola na importante tarefa de formação plena dos indivíduos, o objetivo é, portanto conversar sobre o que concebe o processo de elaboração de um projeto político pedagógico como ele é construído de forma participativa.
---------------	--

Conselheira 2	Confesso que quase não atuamos na construção do PPP.
Conselheira 3	Não se lhe informar, pois, na época da revisão do PPP eu não participava ativamente das reuniões, pois sou representante dos pais, porém na época eu era suplente e normalmente participa da reunião apenas titulares.
Conselheira 4	A participação ocorreu como deveria, ou seja, o conselho participou muito pouco desta referida construção.
Conselheira 5	Não sei informar, porque quando fiz parte do conselho o Projeto Político Pedagógico da escola já havia sido construído.
Conselheira 6	Não teve participação do conselho escolar na construção do PPP.
Conselheira 7	Não participei.
Conselheira 8	Não participei, pois não fomos convidados para isso.
Conselheira 9	Não houve participação da minha parte.
Conselheira 10	Não teve participação do Conselho escolar.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As conselheiras 6, 7, 8, 9,10 disseram que não participaram da construção do PPP. As conselheiras 3 e 5 não sabem informar.A resposta da conselheira 1 não foi conclusiva.A conselheira 2 e 4 disseram que quase não participou da construção do PPP.De acordo com Luce,Medeiros(2007,p.15) atribui ao conselho escolar:

Art. 41 - São atribuições do Conselho Escolar:

I - discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da escola;

II - analisar e aprovar o Plano de Ação Anual da Escola, com base no seu Projeto Político-Pedagógico;

III- criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática na elaboração do Projeto Político-Pedagógico bem como do Regimento Escolar, incluindo suas formas de funcionamento aprovados pela comunidade escolar. (LUCE; MEDEIROS, 2007, p.15).

O conselho escolar tem sim como atribuição participar efetivamente e democraticamente da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), e também da construção do Regimento Escolar.

3.2.8 Tabela 8-Como o Conselho Escolar atua na construção das Diretrizes Curriculares da Escola?

Conselheiro 1	Atualmente ele atua de forma democrática e participativa junto com os pais, funcionários, professores para a tomada de decisões da escola.
Conselheiro 2	Não atua.
Conselheiro 3	Até o momento quanto as Diretrizes Curriculares da UE, observei apenas ações do conselho escolar, voltadas para adequação dos conteúdos de história local.
Conselheiro 4	O conselho escolar atua juntamente com a comunidade escolar, todavia não tem sido efetiva, essa participação, praticamente não há atuação na construção das Diretrizes Curriculares da escola.
Conselheiro 5	O conselho escolar atual não atua nesse quesito.
Conselheiro 6	Não há participação do conselho na construção das Diretrizes Curriculares da escola.
Conselheiro 7	O Conselho Escolar não atuou neste processo.
Conselheiro 8	O conselho não participou. Pelo que entendi a matriz usada é a mesma no estado, já vem pronta.
Conselheiro 9	Não houve participação da minha parte
Conselheiro 10	Não teve participação do Conselho escolar.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

Apenas a conselheira 1e 3 disseram como ele atuou nessa construção .A 3 citou conteúdos de história local.A 1 não falou sobre conteúdos.As conselheiras 2,4,5,6,7,8,9 e 10 responderam que o conselho escolar não atuou nesse construção.Em Brasil(2004) diz que:

XV - discutir e acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, objetivando o aprimoramento do processo pedagógico, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação;
XVI - estabelecer critérios para aquisição de material escolar e/ou de outras espécies necessárias à efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da escola (BRASIL, 2004).

Nesse documento diz sim que é atribuição do conselho escolar acompanhar a efetivação da proposta curricular da escola, com o objetivo de respeitar e respaldar as diretrizes vindas do Estado de Goiás.

3.2.9 Tabela 9-Cite exemplos de Pareceres emitidos pelo Conselho escolar, sobre dúvidas no âmbito Pedagógico, Administrativo e Financeiro solicitada pelos gestores?

Conselheira 1	Pedagógico: material pedagógico em que a escola mais necessita no ambiente escolar de acordo com as necessidades básica. Administrativo: questões para ser resolvidas na administração da escola para resolver problemas internos e burocráticos. Financeiro: na adesão junto como o conselho da APM, sobre a verba como deve ser usada de acordo com o conselho participação e comunicação de acordo com sua necessidade básica.
Conselheira 2	Pedagógico: não emitimos. Administrativo: não emitimos. Financeiro: emitimos um parecer onde será aplicado a verba recebida. Mas, depois da reunião a promotora não deixou usar a verba.
Conselheira 3	Pedagógico: não participei da emissão de nenhum parecer ainda. Administrativo: não respondeu. Financeiro: não respondeu.
Conselheira 4	Pedagógico: no tocante da escolha do livro pedagógico, atividades pedagógicas e lúdicas. Administrativo: em caráter consultivo na elevação de problemas e proposições da gestão escolar. Financeiro: em consonância com o conselho da APM, no que concerne a aplicação dos recursos da escola.
Conselheira 5	Pedagógico: como seria a proposta da escola em relação ao educando, com baixo nível de aprendizado? Se tem aulas de reforço no contra turno. Administrativo: não respondeu. Financeiro: sugestões de compra com o dinheiro do PDDE.
Conselheira 6	Pedagógico: não respondeu. Administrativo: não respondeu. Financeiro: não respondeu.

Conselheira 7	Pedagógico:- não conheço nenhum. No início do ano passado teve uma reunião onde foi de comum acordo que o conselho do Tia Cici, deveria ser composto com membros da Creche, Pré-Escolar e do Tia Cici, já que a diretora era a mesma. Administrativo: Desconheço. Financeiro. Não participei.
Conselheira 8	Pedagógico: nunca participei de nenhuma emissão de parecer. Administrativo: nunca participei de nenhuma emissão de parecer. Financeiro: nunca participei de nenhuma emissão de parecer.
Conselheira 9	Pedagógico: Esse conselho não deu parecer até agora. Os pareceres que a escola obedece são do conselho municipal de educação, como a redução do horário em dias quentes em setembro. Administrativo: Não me lembro de ter emitido parecer. Financeiro: quando necessário para deliberar sobre gastos.
Conselheira 10	Pedagógico: Na escolha de atividades pedagógicas, todavia tem sido ineficaz. Administrativo: Não participei. Financeiro: quando há necessidade de pautar deliberações sobre gastos da escola.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As conselheiras 3,6,8 não responderam.As conselheiras 1,2,4,5,7,9 e 10 responderam sim com algumas intercalações que participaram de reuniões que emitiram ou conversaram sobre algum gasto ou destinação de recursos para serem gastos na unidade escolar.O autor Dourado(2004,p.25) diz que:

§ 1º - A função deliberativa refere-se tanto à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

§ 2º - A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º - A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola, bem como, a qualidade social da instituição escolar.

§ 4º - A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações (DOURADO, 2004, p.25).

A emissão de pareceres, consultas de como gastar ou direcionar verbas é pauta do conselho escolar. Ele tem três funções: avaliativa, consultiva e fiscalizadora. Ao emitir pareceres se decide sobre algo em questão ou algo ocorrido na Unidade Escolar.

3.2.10 Tabela 10-Como o Conselho Escolar tem realizado a fiscalização da Gestão Pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar?

Conselheira 1	Tem feito essa fiscalização, quando reunimos para demonstrar as conselheiras sobre o destino e aonde foi destinado o valor para a compra de material para todos os setores.
Conselheira 2	Não anda sendo colocado em prática.
Conselheira 3	Normalmente após a gestora tomar conhecimento das medidas administrativas e financeiras, está leva ao conselho para que o mesmo análise e aprove.
Conselheira 4	Em reuniões ordinárias, todavia não está sendo eficaz.
Conselheira 5	Somente nos dias das reuniões as ações são expostas e debatidas pelo conselho.
Conselheira 6	Não está atuando efetivamente.
Conselheira 7	Não fazemos isso.
Conselheira 8	Não fazemos nada de fiscalização.
Conselheira 9	Na verdade não existe fiscalização, pois a parte financeira quem fiscaliza e o conselho da Associação de Pais e Mestres.
Conselheira 10	Nunca participei de nenhuma fiscalização.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As conselheiras 1, 3, 4, 5 e 9 responderam que a fiscalização da gestão pedagógica está sendo feitas nas reuniões do conselho. As conselheiras 2,6,7,8,10 responderam que nunca participaram de nenhuma fiscalização efetiva da gestão pedagógica da escola. Para Dourado (2004,p.25) no Art.41 diz o seguinte:

Art. 41 - São atribuições do Conselho Escolar:

VI - analisar e deliberar sobre projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua importância no processo educativo;

VII - analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira, detectadas pelo próprio Conselho Escolar, bem como as encaminhadas, por escrito, pelos diferentes participantes da comunidade escolar, no âmbito de sua competência (DOURADO, 2004, p.25)

O conselho escolar tem como atribuição analisar e propor soluções para questões de natureza pedagógica na gestão democrática. Ele deve acompanhar bem de perto o pedagógico da unidade escolar.

3.2.11 Tabela 11-Como o Conselho Escolar tem realizado o acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e quais têm sido os encaminhamentos, para a melhoria do aprendizado de todos os alunos?

Conselheira 1	O acompanhamento é realizado com os membros e colocado toda a situação de alunos de aprendizagem e que se encontra retidos por causa da dificuldade de aprendizagem para diagnosticar como poderia ajudar eles.
Conselheira 2	Não anda sendo colocada em prática.
Conselheira 3	Só é levado ao conselho casos extremos, normalmente são dadas sugestões que apenas camuflam os fatos, encaminham ao psicólogo e este nunca é atendido por falta de vaga, eu às vezes passamos para frente em casos de alunos com idade avançada para o ano cursado.
Conselheira 4	Por meio de reuniões com a comunidade escolar, bem como as proposições da equipe de professores.
Conselheira 5	Esse acompanhamento não foi feito.
Conselheira 6	O conselho escolar atua de forma pedagógica em questões de alunos retidos durante o ano letivo.
Conselheira 7	Por meio de encaminhamentos quando são realizadas as reuniões.
Conselheira 8	Não tem tido essa prática como deveria.

Conselheira 9	Através do acompanhamento da coordenadora pedagógica.
Conselheira 10	Por meio de encaminhamentos e relatórios que são direcionados para a coordenadora, no entanto quase sempre não alcançamos o resultado esperado.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

As conselheiras 2,5 e 8 ressaltam que esse acompanhamento pedagógico em sala de aula não tem sido feito. As conselheiras 1,3,4,6,7 e 10 dizem que esse acompanhamento tem sido feito através de encaminhamentos de casos extremos, problemas de aprendizagem e outros de questões pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conselho escolar é uma instância de extrema relevância para a gestão democrática e para o desenvolvimento da Educação no Brasil. Ele acompanha e apóia todas as deliberações e ações realizadas pela Unidade Escolar. Ele incentiva a democracia, substituindo as indicações políticas antes ocorridas, quando a os cargos de gestão da escola não eram escolhidos no voto. O problema de pesquisa deste trabalho foi: Qual a importância do conselho Escolar e suas Instâncias para a melhoria da Educação na Escola municipal Alci Alves Moreira? Como deve ser sua atuação no ambiente escolar?

A importância está na fiscalização, na avaliação e nas consultas que o mesmo se propõe ao emitir pareceres que decide sobre algo em questão ou algo ocorrido na Unidade Escolar. Essa atuação deve ser baseada no Estatuto do Conselho Escolar. Nesse estatuto tem todas as atribuições e ações que ele pode desenvolver junto com a Gestão Democrática da escola.

A Escola Municipal Alci Alves Moreira tem as seguintes instâncias de gestão democrática: Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Conselho de Classe. Não tem Grêmio Estudantil. O Conselho da escola é atuante o que falta é a melhor estruturação do órgão na escola. A gestão da escola atua, junto com as 10 conselheiras. Precisa ocorrer melhorias nas ações e projetos efetivados e realizados pela escola. Um problema apontado foi à falta de conhecimento teórico e prático do estatuto do conselho escolar. As indicações são feitas e por meio de reuniões se aprova ou não o nome. Quando deveria ser por Eleição direta. Isso é um problema para futuras pesquisas e estudos.

O objetivo geral desse trabalho em compreender a atuação do conselho escolar para a melhoria da educação foi alcançado por meio do estudo e das entrevistas semiestruturadas. Quanto aos objetivos específicos todos foram alcançados como o planejado. A escola Municipal Alci colaborou e ajudou em todos os quesitos aqui apresentados nesta pesquisa.

Enfim toda Instituição deve ter planejamentos nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros que se adaptem ao contexto que seus alunos estão inseridos e de acordo com as necessidades da Unidade Escolar, de suas disciplinas e conteúdos, determinando as urgências apresentadas em sala de aula. Porém, a

maior dificuldade que se tem, é a recusa de alguns professores e gestores para a realização desse planejamento. Logo o Conselho escolar para de fato funcionar como um todo tem que ocorrer de modo expressivo um planejamento a curto, médio e longo prazo.

As limitações desta pesquisa foi no sentido de realização de todas as entrevistas semiestruturadas, devido ao grande número de conselheiras desta escola. Também a falta de tempo na vida cotidiana corrida para todas elas. A agenda de pesquisa foi cumprida conforme estabelecido e planejado. Para pesquisas futuras para o ano de 2019 segue a escola dando a oportunidade de receber novos formandos que realizarão novos trabalhos de conclusão de curso neste estabelecimento de ensino.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Monica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ADRIÃO, Theresa. Peroni, Vera. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a Gestão da Escola Pública**. Soc., Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr, 2007.
- ALMEIDA, Mirianne Santos. O pedagogo e sua práxis: desafios e possibilidades na sociedade contemporânea. **Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, v. 11, p.130-141, 2010.
- BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11-32.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. 2004. 61p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf> Acesso em 04/10/2018 .
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.
- BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf> Acesso em 02/03/2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselhos Escolares**. 2018. Web. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32663> > Acesso em 14/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 7.938, de 04 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm>. Acesso em 11/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho estadual de educação de Goiás. **Resolução 004 de 2009.** Disponível em: https://moodle.ead.unb.br/pluginfile.php/34958/assignfeedback_file/feedback_files/27531/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CEECP%20N.%20004%2C%20DE%202009%20%20Estado%20do%20Goias.pdf?forcedownload=1 Acesso em: 04/10/2018.

CARLOS, Aparecida da graça. **Grêmios estudantil e participação do estudante.** Dissertação. São Paulo (SP): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2006.

CURY, C. R. J. **O Conselho Nacional de Educação.** In OLIVEIRA, M. (org.) Gestão educacional novos olhares novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOURADO, L. F. **A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola.** Petrópolis: Vozes, 2009.

DOURADO, Luiz F. **Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios.** Brasília: CNTE, 2004.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Marcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

GALINA, Irene de Fátima. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública.** 2008. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>> Acesso em 02/05/2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva.** São Paulo: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo:Loyola, 1985.

LORENZONI, Rosilane de Lourenço (et. Al). **Conselho de classe participativo: uma experiência de participação democrática na escola**. 2010. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/conselho_de_classe_participativo.pdf> Acesso em 15 de novembro de 2014.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAIS, J. **Criar leitores - Para professores e educadores**. Barueri, SP: Manole, 154 p.2013. ISBN: 978-85-7868-077-0.

OLIVEIRA, João Ferreira de (Et. Al.) **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. [OnLine]. 2009. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf Acesso em: 10/05/2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAIS, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. 2009. Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>, acesso 12 de nov. 2018.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira de. **Apostila de Metodologia Científica**. UEG. 2002.

OLIVEIRA, Gerson Luiz Portela de . ARTIGAS,Nádia. Associação de Pais Mestres e Funcionários: conhecimento e participação nos processos decisórios do cotidiano escolar. 2017. VI Seminário internacional sobre profissionalização docente. Disponível em < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24334_12191.pdf> acesso em 13/10/2018.

PAMPLONA, Danielle. **Organização Metodologia de pesquisa**. Projeto 5 fase 1. Guia do Componente Curricular. 2018. Disponível

<https://moodle.ead.unb.br/pluginfile.php/145541/mod_resource/content/1/elabora%C3%A7%C3%A3o%20dos%20instrumentos%20de%20pesquisa%20-%20quinta%20quinzena.pdf> Acesso em 12 de maio de 2018.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo. Ática, 2008.

PARO, Victor Henrique. **Situações e perspectivas da administração da educação brasileira**: Uma contribuição. In: Revista Brasileira de Administração da Educação. Brasília, Anpae, 2005.

RAMOS, Daniela Karine. **Conselho escolar e gestão democrática: contribuições de uma formação para cidadania** / [Organizado por] Daniela Karine Ramos. – Nova Petrópolis : Nova Harmonia, 2014. 16x23 cm. ; 163 p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36741-conselho-gestao-cidadania-pdf&Itemid=30192> Acesso em 25/09/2018.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva & CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Gestão educacional: modelos e práticas**. 2012. Disponível em <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaEdilenedaSilvaRibeiro_GT7.pdf> Acesso em 11/09/2018.

RISCAL, S.A. **A Gestão Escolar no cotidiano da escola**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2010.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, Artemis. GARSKE, Lindalva Maria N. **Diretores de Escola: o desacerto com a Democracia em aberto**. v. 17, n72 p. 60-70, fev-jun. 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. RBPAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VIEIRA, S. L. **Educação e gestão**: extraindo significados da base legal. In: Ceará. SEDUC. Nos paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: SEDUC, 2005.

Apêndice 1



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UAB/UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
PROFESSORA ORIENTADORA: ANDRÉIA MELLO LACÈ
ALUNO: GUSTAVO BARREIRA DOS SANTOS

Roteiro da Análise Documental

1 Documentos a serem analisados:

1.1 PPP (Projeto Político Pedagógico)

1.2 O Regimento Escolar

1.3 Plano de atividades

1.4 Calendário Escolar

1.5 Atas do Conselho Escolar

1.6 APMF (Livro de reuniões da Associação de Pais e Mestres)

1.7 Projetos específicos de datas comemorativas.

Apêndice 2



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UAB/UNB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

PROFESSORA ORIENTADORA: ANDRÉIA MELLO LACÊ

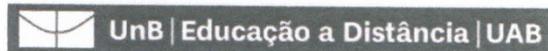
ALUNO: GUSTAVO BARREIRA DOS SANTOS

Prezado conselheiro (a), esta pesquisa de campo se insere no âmbito do Componente Curricular Projeto 5, Fase 2 , Faculdade de Educação, Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB) e tem como objetivo compreender a importância do Conselho Escolar e suas Instâncias na Escola Municipal Alci Aves Moreira . Para isso necessito da sua colaboração respondendo as questões a seguir:

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Qual seu nome?
- 2) Há quanto tempo faz parte do Conselho Escolar?
- 3) Quais são os objetivos do Conselho Escolar?
- 4) Como foi sua indicação para o Conselho Escolar?
- 5) Qual é sua compreensão de Gestão Democrática Escolar?
- 6) Como é a agenda de reuniões ordinárias do Conselho?
- 7) Como foi a atuação do Conselho na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola?
- 8) Como o Conselho Escolar atua na construção das Diretrizes Curriculares da Escola?
- 9) Cite exemplos de Pareceres emitidos pelo Conselho escolar, sobre dúvidas no âmbito Pedagógico, Administrativo e Financeiro solicitada pelos gestores?
- 10) Como o Conselho Escolar tem realizado a fiscalização da Gestão Pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar?
- 11) Como o Conselho Escolar tem realizado o acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e quais têm sido os encaminhamentos, para a melhoria do aprendizado de todos os alunos?

ANEXO 1 Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Faculdade de Educação - FE
 Universidade Aberta do Brasil
 Disciplina: Projeto 5 – Fase 2

Venho, por meio desta, apresentar o (a) aluno (a):

Gustavo Carneira dos Santos

Que cursa, neste semestre, a disciplina Projeto 5, por mim ministrada. Essa disciplina integra o currículo do curso de Pedagogia a Distância sendo ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde exerço minhas funções docentes. A disciplina prevê como resultado final a Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Tendo em vista a necessidade de estabelecer a relação teoria/prática em face das diretrizes apresentadas pela Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – foi previsto um trabalho de campo a ser realizado no sistema de ensino local. Visando o cumprimento desse objetivo, solicito a V. Sa. a gentileza de receber o (a) aluno (a) portador desse documento, apoiando (a) no desenvolvimento de sua atividade acadêmica. Na certeza de contar com a sua colaboração nessa importante atividade de formação docente, antecipadamente me despeço.

Atenciosamente,

Andréia Mello Lacé

Andréia Mello Lacé

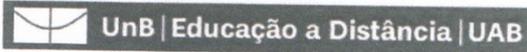
Professora da disciplina Projeto 5 – Fase 2

Departamento de Planejamento e Administração – FE/UnB

Matricula FUB:

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
 UnB/FE/PAB
 Matrícula: 01103181

ANEXO 2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil
As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barreira dos Santos no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail Gustavo.bsantos@unb.br

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof.ª Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 12 de 11 de 2018.

Alcione R. da Silva

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof.ª Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada:

A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Meilo Lacé e Gustavo Barreira dos Santos

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail

Gustavo.barreira10@unb.com.br

Andréia Meilo Lacé

Pesquisador Responsável

Prof.ª Dra. Andréia Meilo Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

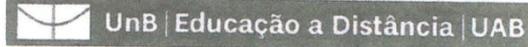
Local, 12 de 11 de 2018.

Alessandro de Jesus Santos

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof.ª Dra. Andréia Meilo Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 4 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 3



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barreira dos Santos no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail Gustavo.bsantos@uol.com.br

Andréia Mello Lacé
Pesquisador Responsável

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FEPAD
Matrícula: 01103181

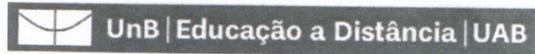
Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 12 de 11 de 2018.

Maria Feres Santos
Assinatura do Participante da pesquisa

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FEPAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 5 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 4



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barreira dos Santos no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail Gustavo.santos@Unb.com.br

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UNB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

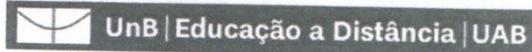
Local, 09 de 11 de 20 18.

Irene Francisco Maia

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UNB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 6 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 5



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do conselho escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Guilherme Barreira dos Santos

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail

guilherme.bsantos@unb.br

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

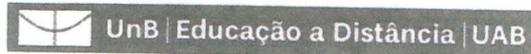
Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 09 de 11 de 2018.

Guilherme Barreira dos Santos
Assinatura do Participante da pesquisa

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 7 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 6



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barrera dos Santos no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail Gustavo.barrera10@unb.com.br

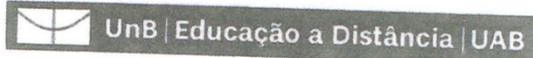
Andréia Mello Lacé
Pesquisador Responsável
Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 09 de 11 de 2018.

Gerusa Enriquez Cav
Assinatura do Participante da pesquisa
Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 8 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 7



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Guatano Barreira dos Santos

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail

Guatano.barreira10@uol.com.br

Andréia Mello Lacé

Pesquisador Responsável

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

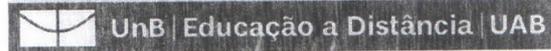
Local, 12 de 11 de 2018.

Guatano Barreira dos Santos

Assinatura do Participante da pesquisa

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 9 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 8



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar de pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil

O objetivo geral deste estudo é: compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barreira dos Santos no e-mail amlace@unb.br e no e-mail Gustavo.bsantos@unel.com.br

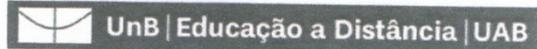
Andréia Mello Lacé
Pesquisador Responsável
Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB - FEAU
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 12 de 11 de 2018.

Evamilde R. Santos
Assinatura do Participante da pesquisa
Prof. Dra. Andréia Mello Lacé
UnB - FEAU
Matrícula: 01103181

ANEXO 10 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 9



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barreira dos Santos no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail Gustavo.barreira@unb.br

Andréia Mello Lacé
Pesquisador Responsável

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

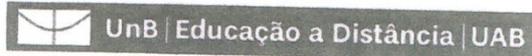
Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 09 de 11 de 2018.

Evoni Moreira dos Santos
Assinatura do Participante da pesquisa

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UnB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

ANEXO 11 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 10



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa provisoriamente intitulada: A Importância dos Conselhos de Educação para a melhoria da Educação no Brasil.

O objetivo geral deste estudo é: Compreender a importância do Conselho Escolar para a melhoria da Educação no Brasil.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Professora Dra. Andréia Mello Lacé e Gustavo Barreira dos Santos

no e-mail amlace@unb.br ou no e-mail

Gustavo.barreira10@unb.com.br

Andréia Mello Lacé
Pesquisador Responsável

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UNB/FE/PAD
Matrícula: 01103181

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da mesma.

Local, 12 de 11 de 2018.

[Assinatura]
Assinatura do Participante da pesquisa

Prof.ª Dra. Andréia Mello Lacé
UNB/FE/PAD
Matrícula: 01103181